



Atribuição BB CY 4.0

COMO SE (RE)EDUCA PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (ERER)? um convite para outras epistemologias na produção do conhecimento

Otavio Henrique Ferreira da Silva (UEMG)
Lucimar Rosa Dias (UFPR)
Míghian Danae Ferreira Nunes (UNILAB)
Flávia de Jesus Damião (UFBA)
Renato Nogueira (UFRRJ)
Rogéria Cristina Alves (UEMG)

No Volume 1 do dossiê **Educação das Relações Étnico-raciais e Direitos Humanos: práticas antirracistas das culturas afrobrasileiras, africanas e indígenas** foram apresentados campos e práticas possíveis na construção da educação antirracista. Este, segundo volume, vem por meio dos artigos publicados dar continuidade à reflexão iniciada anteriormente, através do questionamento: Como se (re)educa para as relações étnico-raciais?

O texto de apresentação do vol.01, publicado recentemente na Revista SCIAS, recorda o itinerário histórico-legal que nos trouxe até aqui: da Constituição de 1988 e da LDB/1996 à virada operada pelas Leis nº 10.639/2003 (história e cultura afro-brasileira) e nº 11.645/2008 (história e cultura indígena) — marcos que reposicionam currículo e a formação docente no horizonte de uma educação antirracista, plural e democrática. Na chave normativa, o Parecer CNE/CP nº 3/2004 define a ERER como política de valorização de identidades e saberes, em parceria com movimentos sociais, convocando escolas e universidades à reeducação das relações étnico-raciais. Como posto por Silva e outros (2025, s/p): “A resistência dos povos originários alinhada ao conhecimento ancestral trazido pelo povo negro vindo da África, foram as primeiras experiências de movimentos

sociais do nosso país, que Santos (2015) chama de luta dos povos contracolonizadores”.

No plano da formação de professores(as), a Resolução CNE/CP nº 4/2024 estabelece fundamentos, princípios e base comum nacional para a formação inicial (licenciaturas, formação pedagógica e segunda licenciatura), articulando Plano Nacional de Educação – (PNE), Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projetos Pedagógicos Institucional (PPI) e Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) exigindo organicidade entre ensino, pesquisa e extensão, em colaboração com redes de educação básica. A referida resolução também reforça a docência como ação educativa intencional, sustentada por conhecimentos científicos, domínio de metodologias e tecnologias, e por uma formação que considere dimensões científica, estética, técnica e ético-política, desde o início do curso, em diálogo com as escolas básicas.

Entre os conhecimentos esperados do(a) egresso(a), destaca-se a condição de estruturar ações pedagógicas que abordem relações étnico-raciais e assegurem a apropriação de conhecimentos sobre história e cultura africana, afro-brasileira e dos povos originários – compromisso que liga diretamente a formação inicial à efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN-ERER, 2004) lembram que a obrigatoriedade deste campo não visa uniformidade, e sim oferecer referências e critérios para implantarmos, avaliarmos e reformularmos ações, em regime de colaboração federativa – com ênfase na formação de professores (as) e no envolvimento comunitário. Também convocam à crítica das representações nos materiais didáticos, à valorização da oralidade e da arte, e a Projetos Político-Pedagógicos com participação do Movimento Negro e das comunidades locais.

Como dito no volume 1 a construção de uma educação antirracista, tema central desta coletânea, alinha-se à perspectiva de Nilma Lino Gomes (2017), que concebe o movimento negro como um "Movimento Negro Educador". Segundo a autora, esse movimento tem historicamente educado a sociedade brasileira, pautando a luta contra o racismo e por direitos. Os artigos aqui reunidos são, portanto, herdeiros e continuadores dessa luta, que culminou em conquistas cruciais, como o reconhecimento do direito à educação na Constituição de 1988 e as políticas de Ações Afirmativas que marcaram o início dos anos 2000.

Neste contexto, o presente dossier emerge, também, como uma ferramenta vital para o fortalecimento da recém-instituída Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ) pela Portaria MEC/GM 470/24. Os textos aqui apresentados oferecem subsídios teóricos, metodológicos e relatos de experiência que podem e devem informar a implementação desta política, transformando diretrizes legais em práticas pedagógicas efetivas. Portanto, acreditamos que a contribuição desta

coletânea para a formação inicial de professores e professoras, especialmente nas licenciaturas, é inestimável.

É importante lembrarmos que o texto da Lei 10.639/03 deu especial atenção às áreas de: educação artística, literatura e história brasileira, e, isso fez com que muitas experiências didático-pedagógicas fossem desenvolvidas nestes campos. Agora é importante, também, examinar os marcos legais em políticas curriculares e práticas formativas, interpelando PPCs e estágios supervisionados, e investigando novas didáticas antirracistas nas áreas de Matemática, Física, Biologia, Artes, Inglês, Educação Midiática. Este movimento nos possibilita compreender o avanço do campo dos estudos das relações étnico-raciais nas áreas chamadas “ciências duras”. Ou seja, nos ajuda a observar a crescente produção - tanto sobre práticas, quanto sobre teorizações - no campo das STEAM, Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática.

Evidentemente, este crescente não é suficiente para esgotar as múltiplas possibilidades de reorganizar o currículo na perspectiva de novas epistemologias que podem colaborar na inovação da organização do trabalho pedagógico seja na educação básica seja no ensino superior.

Assim, os artigos deste dossiê reúnem um amplo arco de assuntos e contribuições que, em conjunto, dão materialidade aos princípios da Resolução CNE/CP nº 4/2024 e às DCN-ERER (2004). Ele contempla textos que discutem a educação Infantil, e literatura infantil, movimentos negros e crianças negras. Também abriga textos com discussões sobre: territórios, religiosidades e saberes tradicionais. Há ainda, estudos sobre racismo religioso, pedagogias de terreiro e capoeira que articulam escola-comunidade, valorizando oralidades, corporeidades e patrimônios culturais — tal como orientam as DCN-ERER.

A formação de professores, para que possa de fato impactar a realidade de crianças, adolescentes e jovens brasileiros na construção de uma sociedade antirracista, exige uma ruptura paradigmática. Não basta incluir "conteúdos" sobre a África ou a cultura negra; é preciso deslocar o próprio eixo epistemológico que sustenta o conhecimento educacional. Este eixo, historicamente eurocêntrico, colonial e produtivista, invisibilizou sistematicamente outros modos de "ser e estar no mundo". A ERER, neste contexto, não é um adendo curricular, mas uma nova epistemologia.

Como nossa referência maior, a Profa. Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, demonstra, a implementação da ERER (fundamentada nas Leis 10.639/03 e 11.645/08) só se efetiva quando provoca um questionamento sobre *quais* conhecimentos são validados e *como* eles são produzidos. Trata-se de reconhecer que existem outras matrizes de pensamento, notadamente as africanas e indígenas, que oferecem caminhos para uma educação brasileira emancipatória. Esta emancipação começa quando o currículo permite que o sujeito (a criança, o jovem) reconheça a si e ao outro como produtores de história e cultura, superando a lógica do epistemicídio.

É nesse ponto que a contribuição de Nego Bispo se torna central. A epistemologia que a ERER nos convoca a adotar é radicalmente oposta à "lógica produtivista" ocidental, que fragmenta o saber e aparta o ser humano da natureza. Ao trazer a concepção de um entrelaçamento fundamental entre "gente, bicho e planta", Nego Bispo nos oferece uma chave de leitura contracolonial. Esta visão de mundo, baseada no respeito ao sujeito, ao ambiente e ao espaço, é intrinsecamente sustentável e antirracista, pois comprehende a vida de forma integrada, e não como um recurso a ser explorado.

Portanto, pensar "novas epistemologias" para a formação docente significa reorientar a produção do conhecimento. Em vez de partir do universal abstrato (europeu), partimos dos territórios, dos corpos e das matrizes originárias e africanas que constituem a realidade brasileira. Os textos mostram que o conhecimento não é neutro; ele nasce em um *locus*. Os territórios (quilombos, terreiros, aldeias, periferias urbanas) e os corpos (especialmente os corpos negros e indígenas, marcados pela diáspora e pela resistência) são arquivos vivos. A formação de professores deve valorizar as "Histórias de Vida, Memória e Ancestralidade" como fontes legítimas de saber, tão importantes quanto o cânone acadêmico tradicional.

A lógica produtivista foca no resultado; as epistemologias afro-referenciadas e indígenas focam no processo, no "jeito de fazer". As "Tecnologias Ancestrais" (como as práticas de cura, a agricultura tradicional, as formas de organização social) articuladas por jovens e mestres, representam a aplicação prática dessa sabedoria. Elas ensinam modos de agir na realidade que são colaborativos, circulares e respeitosos com os ciclos da vida, em oposição direta à lógica linear e predatória do capital.

Ao formar professores nesta perspectiva, oferecemos às novas gerações a oportunidade de aprender a partir de um referencial que lhes faz sentido, que valida suas existências e que os instrumentaliza para construir novos modos de pensamento e de sentir. Uma educação emancipatória, fundamentada na ERER, não apenas combate o racismo, mas também propõe um novo projeto de sociedade baseado na interconexão e no respeito mútuo, algo urgentemente necessário para o futuro do Brasil e do planeta.

Este volume 2 do dossiê nasce, portanto, do entrelaçamento entre lutas históricas, normativas e epistemologias. Ele se projeta como um compêndio de práticas, pesquisas e teorizações que respondem a desafios muito concretos. Por isso, estamos seguros(as) que os textos aqui apresentados são excelentes contribuições na direção de como se (re)educa para as relações étnico-raciais (ERER) no contexto brasileiro.